Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Documentação
Fonte CB
Data 22/3/2000 Pg 4
Class. NOR00150

Carlos Moura

Tratores do governo foram levados ontem ao Parque Ecológico de Taguatinga, mas só derrubaram cercas no loteamento irregular; donos das casas ganharam prazo

Oposição quer CPI mais ampla

Distritais propõem hoje que, além da grilagem, Câmara investigue invasão de terras públicas e desapropriações

João Pitella Jr e
Ana Maria Campos
Da equipe do **Correio**

A bancada de oposição da Câmara Legislativa decidiu que vai apresentar, hoje, um pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar, ao mesmo tempo, a invasão de terras públicas, a grilagem de terras públicas e a desapropriação de terras particulares no Distrito Federal. Como havia vários deputados pretendendo abrir CPIs sobre a questão fundiária, a oposição fez um acordo e resolveu concentrar os esforços num só requerimento, que será mais abrangente.

Para apresentar esse requerimento são necessários oito votos, e a oposição já tem nove garantidos — os cinco do PT e os quatro do bloco independente (PL, PSB, PDT e PPS). Aprovar o requerimento exige 13 votos — e a bancada governista não dá sinais de que votará favoravelmente. Ainda que seja aprovada, a instalação da CPI da Grilagem vai ser mais difícil, porque existem outras duas comissões já aprovadas na fila: as que investigariam irregularidades na distribuição de verbas publicitárias do governo e no Instituto Candango de Solidariedade.

Além disso, o líder da bancada governista, José Edmar Cordeiro (PMDB), também está querendo uma CPI para apurar as agressões que vêm sendo sofridas pela família do jornalista Ricardo Noblat, diretor de Redação do **Correio**. Por isso, vai ser necessário um acordo de líderes para decidir qual de todas essas CPIs terá prioridade para entrar em funcionamento.

"O assunto das terras públicas é a questão mais importante em Brasília neste momento", avalia o deputado Rodrigo Rollemberg (PSB). Com maioria na Câmara — 15 dos 24 deputados —, a bancada governista, por sua vez, dá sinais de que pretende dificultar a CPI da Grilagem. "Já foi feita uma CPI sobre a Grilagem há cinco anos e nada ficou provado contra o governador Roriz. A oposição está trazendo esse assunto à tona outra vez para confundir a opinião pública", disse José Edmar.

PRAZO PARA INVASOR

O caloroso debate sobre o tema na Câmara Legislativa levou o governo a anunciar, para ontem, uma ação de derrubada no Parque Ecológico de Taguatinga. Mas a verdadeira desmobilização do parcelamento irregular não aconteceu. Ficou para amanhã. Isso se no decorrer do prazo de 48 horas, estipulado pelo governo para a derrubada das edificações erguidas no local, não houver qualquer "ingerência política ou liminar da Justiça" que iniba a ação, segundo adiantou o sub-gerente do Serviço Integrado de Vigilância do Solo (SivSolo), Major Esmeraldo de Oliveira.

Servidores do SivSolo, Terracap e Administração de Taguatinga limitaram-se ontem a derrubar cercas e estacas, e destruíram ruas no loteamento irregular recentemente iniciado na área de proteção ambiental entre Taguatinga e Samambaia. Mas todas as edificações foram poupadas.

Duas boas casas de alvenaria, ruas e cercas compunham o cenário de quem chegava ontem ao local. Manuelito Oliveira, morador de Samambaia, apresenta-se como o dono de uma das casas. Na tarde de ontem, ele fez questão de acompanhar a apreensão dos seis mil tijolos e 40 telhas que seriam usados na obra. "Há seis anos construí um barraco neste lote e há seis meses comecei a erguer a casa, na esperança de ver a área regularizada pelo governo", conta.

A mesma esperança teve o servidor público Carlos Martins Resende, que em janeiro comprou por R$ 12 mil um lote de 800 m2 no local. "Fui enganado. Disseram que esta área seria regularizada", diz.

Oliveira explica que a área onde Manuelito construiu a sua casa, apesar de ser ao lado do lote de Carlos, tem tratamento diferente do restante do loteamento. "São duas situações distintas. Há um projeto na Câmara Legislativa do deputado Adão Xavier (PMDB) para desafetação (mudança de destinação) desta área", diz, apontando lote de Manuelito. "Desta cerca para baixo, sim, há um parcelamento irregular, promovido pessoas que têm concessão de uso provisório da Terracap", explica.

O surgimento do parcelamento foi foco de uma denúncia feita na semana passada pelo líder da bancada do PT na Câmara Legislativa do DF, deputado Paulo Tadeu. No ano passado, o próprio Tadeu, como integrante da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, deu parecer contrário à desafetação da área proposta por Xavier. "Isso não está mais em discussão. A proposta foi arquivada no ano passado", diz o deputado. "Não há motivo para tratar as áreas de formas diferentes. Todas representam desrespeito ao meio ambiente e ao patrimônio público."

Governo defende desapropriação

Rovênia Amorim
Da equipe do **Correio**

O governador Joaquim Roriz vai manter a decisão de desapropriar 179 hectares da antiga Fazenda Paranoá, entre a Ermida Dom Bosco e o Barragem do Paranoá, no Lago Sul, para a criação do Setor Habitacional Dom Bosco. O diretor técnico da Terracap, José Gomes Pinheiro, afirma que não há nenhum equívoco no decreto 21.043, de março deste ano, como alega o deputado distrital Rodrigo Rollemberg (PSB).

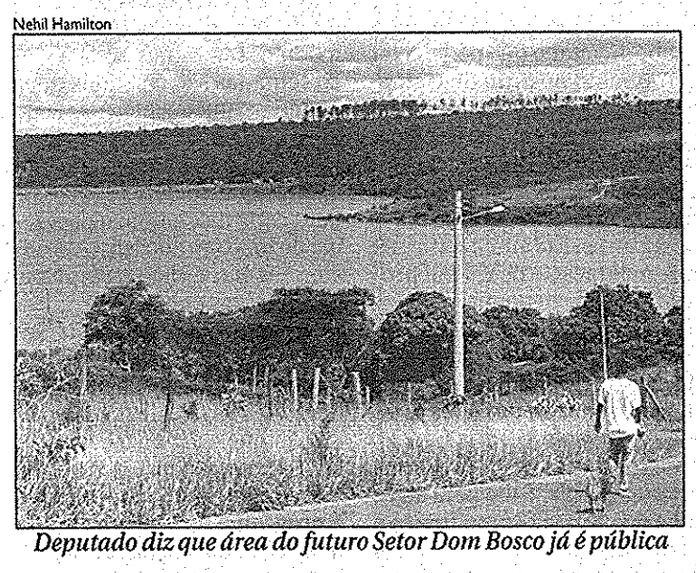
Na segunda-feira, o deputado entrou com representação no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) pedindo abertura de inquérito civil, por entender que a área já teria sido desapropriada. Na pasta com documentos que entregou aos promotores de Justiça há duas matrículas de registro da gleba em questão. Ambas emitidas pelo 2º Ofício de Registro de Imóveis. A matrícula 55.456 dá a terra como pública desde 1964; a 16.262 atesta que a terra ainda é de propriedade particular.

A titular do cartório, Léa Portugal, diz não ter dúvida de que a terra é mesmo pública e explica a confusão das matrículas por um erro do 1º Ofício de Registros de Imóveis: "Em 1980, pedimos a transferência do registro daquela área para o nosso arquivo e veio a informação de que a gleba não tinha sido desapropriada." O erro foi descoberto e, em 21 de junho de 1994, o Cartório do 1º Ofício comunicou o equívoco à Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), a verdadeira dona da gleba.

Léa Portugal diz que a matrícula 16.262 está bloqueada e o cancelamento já foi pedido à Vara de Registros Públicos. Então, se a terra é mesmo pública, como sustentou o deputado na representação, não faria sentido o Decreto 21.043, publicado no *Diário Oficial do Distrito Federal* de 2 de março, declarando a intenção do governo de desapropriar 179 hectares da mesma área.

"Não há problema nenhum com o decreto. Essa questão de terra pública é complicada, difícil, e o deputado foi mal assessorado", diz o diretor técnico da Terracap, José Gomes Pinheiro. Ele explica que a Terracap desapropriou parte de três quinhões da antiga Fazenda Paranoá, de propriedade dos irmãos Valentina, Geraldo e Margarida de Souza e Silva. Essas áreas desapropriadas estariam sob a matrícula 55.456.

Nehil Hamilton



Deputado diz que área do futuro Setor Dom Bosco já é pública

O diretor da Terracap diz que o Decreto 21.043 se refere ao quinhão de Valentina, com área total de 527,7 hectares. "Mas 179 hectares não foram desapropriados nesse quinhão", garante Pinheiro. "A cadeia dominial tem 116 registros e há mais de 80 donos da terra não desapropriada." No quinhão de Margarida, 350 hectares de um total de 498 são públicos, segundo o diretor. Assim como 134 dos 969 hectares do quinhão de Geraldo de Souza Silva.

"Só vamos desapropriar áreas na medida que for preciso", diz Pinheiro. Ele não adianta, no entanto, qual a avaliação de mercado que a Terracap faz da área a ser desapropriada. "O preço será dado por um perito judicial e qualquer pessoa poderá questionar o valor." No local, o Governo do Distrito Federal (GDF) pretende abrir ruas e comércio para a implantação do Bairro Dom Bosco.

"A representação do deputado Rollemberg não tem a menor sustentação", acredita o diretor da Terracap. "As dúvidas serão facilmente desfeitas pelo nosso jurídico." O deputado discorda e afirma que a área entre a Ermida Dom Bosco e a Barragem do Paranoá é alvo de grilagem, o que foi constatado pela Comissão Parlamentar de Inquérito de 1995 que investigou o parcelamento irregular de terras no Distrito Federal.

"Significa que os grileiros vão ganhar dinheiro duas vezes. Primeiro, quando venderam lotes e, agora, com a desapropriação", critica Rollemberg. O governo garante que não. "O dinheiro da desapropriação é depositado em juízo e quem for dono da terra vai ter de provar na Justiça que não está com documentos fraudados em mãos. O GDF não terá nada com isso", diz o diretor técnico da Terracap.

ARTIGO

PRESERVAR O QUE É VÁLIDO

Maria José Maninha

O projeto de lei que propõe o loteamento de áreas verdes do Park Way, de autoria do Executivo, é mais uma tentativa de descaracterizar Brasília e sua nobreza de concepção, e a sua retirada da pauta de votações da Câmara Legislativa está longe de dar por finda a luta dos moradores e de quem pensa no futuro de Brasília.

O governo não desistiu do projeto. Apenas suspendeu-o temporariamente, para atender à reivindicação dos moradores do Park Way e da oposição de submetê-lo a uma maior discussão. O governo também aponta, como concessão, a submissão do projeto a Estudo de Impacto Ambiental (EIA), conforme previsto em lei.

Desafio alguém a citar um só caso em que um EIA/Rima (Relatório de Impacto Ambiental) tenha concluído pela não execução de um empreendimento. No máximo o consultor vai listar os problemas que podem decorrer do loteamento e recomendar o monitoramento pelo órgão ambiental do governo, a Sematec. E Brasília não pode correr o risco de ficar nas mãos de qualquer que seja o titular da Sematec, ainda mais por ser um cargo político.

A gestão dos espaços urbanos e do nosso solo deve ser realizada com a grandeza de quem pensa na eternidade, e não no momento fugaz e atendendo a caprichos de determinados governos. No Plano Brasília Revisitada, elaborado por Lúcio Costa em 1987, o excepcional urbanista recomenda: (...) "trata-se, em suma, de respeitar Brasília. De complementar com sensibilidade e lucidez o que ainda lhe falta, preservando o que de válido sobreviveu".

O projeto de loteamento do Park Way é uma afronta à concepção de Brasília, cidade que não se limita ao sítio tombado, mas que se relaciona, que interage com o que está em seu redor.

O Setor de Mansões Suburbanas Park Way (-MSPW), como foi denominado inicialmente, reflete um modo especial de viver. Ali a cidade se torna ambiente natural, com flora e fauna convivendo com as nascentes de águas cristalinas, sombreadas por diversas espécimes nativas de árvores.

A proposta do governo desfigura o Park Way, adensando-o além da capacidade avaliada inicialmente. E os problemas que advirão não são restritos àquele ambiente, mas se refletirão diretamente em outras regiões, inclusive no Plano Piloto.

O Lago Paranoá, por exemplo, recebe todos os efluentes drenados daquela região, e um volume maior de esgotos domiciliares sobrecarregaria a Estação de Tratamento de Esgotos Sul. Além disso, a substituição da cobertura vegetal nativa por camadas impermeabilizantes como os telhados das residências, as ruas e vias pavimentadas que adviriam provocaria enchentes e assoreamento do Paranoá, sem esquecer a destruição da flora e da fauna ainda existente naquela região.

O projeto em discussão representa, se aprovado, um cheque em branco ao GDF para adensar e desfigurar aquela região ao seu bel prazer, pois a proposição nem sequer define a densidade populacional pretendida e o gabarito máximo dos prédios.

■ **Maria José Maninha é deputada distrital pelo PT**